

COMUNIDADE, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Coordenadora

Naumi A. de Vasconcelos - UFRJ

Participantes

Heloísa Szimanski R. Gomes - PUC-SP

Jacyara C. Rochael Nasciutti - UFRJ

Maria de Fátima Quintal de Freitas - UFES

Pedrinho Guareschi - PUCRS

Regina Helena de Freitas-Campos - UFMG

Ronald João Jacques Arendt - UERJ

Sílvia T. Maurer Lane - PUC-SP

O GT Comunidade, Meio Ambiente e Qualidade de Vida caracterizou-se por questionar os limites e os estatutos científicos e sociais da Psicologia Comunitária assim como por defender a relevância da mesma dentro de uma Psicologia Social que leve em consideração a localização de sua praxis no contexto cultural de cada nação e mesmo de continente. Críticas construtivas apontaram a necessidade de mudar sua denominação para Psicologia Social de Comunidades. Efetivamente havendo nascido de uma necessidade sentida pelos pesquisadores em levar a Psicologia para fora dos muros das Universidades, a Psicologia Comunitária logo se viu diante de certos impasses, afetando tanto sua prática quanto seu estatuto epistemológico. Presa fácil de ideologias, ou de um ativismo desvinculado de uma base teórica suficiente, essa psicologia muitas vezes se apresenta dentro de um irracionalismo, onde as expressões anti-autoritarismo, anti-elitismo e anti-colonialismo (Rouanet, S.P., 1987) ao se banalizarem, servem de pretexto a pesquisas e produções de pouco valor tanto científico quanto social. Teria contribuído para esse estado de coisas a separação entre pesquisa básica e pesquisa-ação, separação não aceita pelo presente GT que enfatizou, ao contrário, a necessidade de resgatar a dimensão crítica da pesquisa participante.

Os trabalhos apresentados pelos participantes desenvolveram-se em torno dos seguintes aspectos:

- A necessidade de se continuar o trabalho de embasamento teórico das pesquisas em Psicologia Social de Comunidade;
- O conceito de qualidade de vida requerendo maiores estudos a respeito, em sua ligação com os conceitos de comunidade e de meio-ambiente; críticas a definições quantitativas daquele conceito;
- ambiente institucional e pesquisa em Psicologia Social de Comunidades;
- o processo de socialização, considerando-se a família, como locus privilegiado

desse processo, importando verificar se suas conceituações respondem ou não à significação encontrada no real, importando estar atento às diferenças entre a família vivida e a família pensada (segundo um ideal de cultura);

- a educação escolar que, num ângulo histórico, pode fornecer as representações sociais da criança sobre as instituições;
- o estudo da cotidianidade, privilegiando ali o locus tanto sócio-econômico quanto simbólico da habitação não só para as famílias como também para os indivíduos, dentro das variáveis sexo e idade;
- o processo de conscientização, que não pode ser pesquisado e trabalhado apenas via pensamento, mas sobretudo via as aspirações, os valores, as emoções, a *lógica natural* e a lógica do não-dito; o processo de conscientização liga-se à análise das ideologias manifestas ou subjacentes aos discursos dos sujeitos, a requerer uma especial atenção aos canais pelos quais os aspectos emocionais são ali veiculados, e que se reportam tanto a instituições (igreja, patriotismo, etc.) como a hábitos e estereótipos.

O citado GT finalizou seus trabalhos com um inventário de prioridades de pesquisa na área de Psicologia Social de Comunidades, destacando:

1. Treinamento dos pesquisadores em práticas dialógicas posto que um dos pontos centrais da Psicologia Social dentro da qual os estudos de comunidades se inserem é a comunicação e a captação das ideologias que nela operam tanto da parte do pesquisado quanto do pesquisador. Efetivamente o conceito de ideologia aqui apresentado (Thompson, J.B., 1988 e 1990) não se refere a relações de poder, mas a relações de dominação, presentes, com frequência, na comunicação entre os seres humanos (dominação aqui vista não como imposição do próprio poder, mas como expropriação do poder do outro, o que se faz frequentemente através da palavra ou do saber).
2. Realização ou implantação de estágios de Psicologia Social de Comunidades a funcionarem como locus do treinamento acima mencionado.
3. Articulação teórica e metodológica entre Psicologia Social e Psicologia Social de Comunidades.
4. Ver as instituições como via privilegiada de acesso à comunidade, graças a sua posição articulatória entre o psíquico e o socius.
5. Necessidade da Psicologia Social de Comunidades analisar melhor as práticas que têm sido realizadas, contemplando a avaliação dos pressupostos filosóficos que norteiam essas práticas, assim como os aspectos metodológicos da mesma.
6. necessidades de intercâmbio das sub-áreas da Psicologia nas pesquisas da Psicologia Social de Comunidades, aquelas contribuindo para um maior espectro de atuação desta última que, por sua vez, poderá oferecer às primeiras seu corpo de conhecimento já em realização e de suas práticas.

Concluindo este relatório, os participantes do GT Comunidade, Meio Ambiente e Qualidade de Vida, recomendam vivamente que o mesmo seja mantido com essa denominação, dentro de um programa de trabalho conjunto a ser mantido em torno das áreas e das pesquisas apresentadas.